



PARLAMENTO NACIONAL  
de  
TIMOR-LESTE

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**  
**PRIMEIRA LEGISLATURA**  
Quarta sessão legislativa  
*15 de Setembro de 2005 a 14 de Setembro de 2006*



---

## ÍNDICE

1. Nota introdutória
2. Actividade parlamentar
  - 2.1. Actividade processual legislativa e de fiscalização
    - 2.1.1. Processos legislativos comuns
    - 2.1.2. Processos especiais
    - 2.1.3. Iniciativas rejeitadas, pendentes e caducadas
  - 2.2. Actividade fiscalizadora difusa
  - 2.3. Actividade meramente política ou deliberativa
  - 2.4. Actividade de representação institucional
    - 2.4.1. Representação por parte do Presidente do Parlamento
    - 2.4.2. Delegações parlamentares
    - 2.4.3. Assistência técnica e administrativa
3. Órgãos parlamentares e serviços de apoio
  - 3.1. Presidente, Mesa e Conferência dos Representantes das Bancadas
    - 3.1.1. Presidente do Parlamento Nacional
    - 3.1.2. Mesa
    - 3.1.3. Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares
  - 3.2. Plenário e Comissão Permanente
    - 3.2.1. Plenário
    - 3.2.2. Comissão Permanente
  - 3.3. Comissões especializadas permanentes
    - 3.3.1. Apoio técnico e administrativo
    - 3.3.2. Actividade parlamentar específica
  - 3.4. Director do Secretariado
  - 3.5. Relações públicas, audiovisual e documentação
    - 3.5.1. Relações públicas
    - 3.5.2. Meios audiovisuais
    - 3.5.3. Biblioteca e apoio documental
  - 3.6. Administração e património
    - 3.6.1. Gestão financeira
    - 3.6.2. Gestão administrativa e patrimonial
    - 3.6.3. Gestão de recursos humanos e formação profissional
4. Cooperação
  - 4.1. Cooperação nacional
  - 4.2. Cooperação internacional e ajuda externa
5. Desenvolvimento institucional



---

## 1. Nota introdutória

O presente relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelos órgãos parlamentares e serviços de apoio durante o período que corresponde ao da quarta sessão legislativa, iniciado, nos termos constitucionais e regimentais, em 15 de Setembro do ano transacto e findo em 14 de Setembro de 2006.

Em resultado da crise política decorrente dos incidentes violentos ocorridos em finais de Abril e Maio do corrente ano e da instabilidade social consequente, que originou a demissão do Governo então em funções, o Parlamento Nacional fez prorrogar o seu período normal de funcionamento até ao final da sessão legislativa, sem interrupção dos trabalhos para férias parlamentares.

O relatório ora elaborado é produzido pelos serviços de apoio, mas por determinação e sob a orientação do Sr. Presidente do Parlamento Nacional, tendo por finalidade dar a conhecer, de forma sucinta, a actividade parlamentar desenvolvida no período a que respeita a sessão legislativa. O seu conteúdo é fundamentalmente descritivo e os resultados alcançados são objecto de análise à luz das metas inscritas nos instrumentos normativos e de planeamento aprovados pelos órgãos competentes do Parlamento Nacional, particularmente:

- O Plano Anual de Acção;
- O Orçamento Geral do Estado, na parte que lhe diz respeito;
- O Programa de Investimento Sectorial do Parlamento Nacional;
- O Regimento do Parlamento Nacional;
- A Lei Orgânica do Parlamento Nacional;
- Os regulamentos internos em vigor, nomeadamente sobre procedimentos administrativos.



---

## 2. Actividade parlamentar

À semelhança do que sucedeu com o relatório relativo à terceira sessão legislativa, a sistematização do corrente relatório segue o esquema tripartido das competências específicas do Parlamento Nacional (PN): legislativa, fiscalizadora e política.

Na lógica desse sistema, o critério observado no tratamento e arrumação das matérias é o da área de intervenção da actividade parlamentar desenvolvida.

### 2.1. Actividade processual legislativa e de fiscalização

No âmbito da sua competência legislativa reservada, o Parlamento Nacional apreciou, discutiu, emendou e votou um número de iniciativas legislativas muito inferior ao da segunda sessão legislativa, tendo aprovado, para além das habituais leis orçamentais, apenas quatro diplomas legislativos (dois dos quais ainda não promulgados).

O fraco nível quantitativo da produção legislativa ficou a dever-se, acima de tudo, à grave crise política provocada pelos acontecimentos referidos, na sequência dos quais se desencadearam reacções institucionais, no quadro político-constitucional vigente, que conduziram à demissão, voluntária, do Primeiro-Ministro e à consequente queda do Governo por si liderado.

O período que imediatamente se lhe seguiu foi marcado pela apatia das instituições dos Estado, com inevitáveis reflexos negativos no funcionamento da instituição parlamentar, enquanto se aguardava pela decisão presidencial sobre a formação de novo governo.

Uma vez constituído o Segundo Governo Constitucional e apresentado e aprovado o seu Programa, o Parlamento Nacional (PN) deu sinais de vitalidade e pujança institucional, fazendo ressuscitar, através das bancadas parlamentares, iniciativas legislativas que, por provirem do Executivo, haviam caducado com a sua demissão. É o caso dos dois projectos de lei



---

entretanto apresentados, admitidos e pendentes na comissão parlamentar competente, para saneamento preliminar, em matéria eleitoral.

Cabe assinalar, no entanto, que, mesmo em ambiente político tenso, a discussão e votação da proposta de lei orçamental decorreu com vivacidade, sob o signo do rigor, da profundidade das análises e da qualidade dos documentos oficiais emitidos, de que são exemplos significativos os relatórios elaborados pelas comissões especializadas permanentes.

É ainda justo sublinhar que, apesar do fraco rendimento legislativo em termos quantitativos, foi aprovada, promulgada e publicada uma lei, de cariz social, de elevada valia qualitativa, sob os pontos de vista técnico e material. Trata-se do Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, que, também por imperativo constitucional, dá resposta à exigência de reconhecimento, valorização e compensação dos que lutaram pela independência nacional contra a dominação estrangeira, morreram por causa dela, ficaram mutilados ou fisicamente afectados em virtude dos combates travados na frente armada ou são viúvas ou orfãos dos que sacrificaram as suas vidas por essa causa nacional.

### **2.1.1. Processos legislativos comuns**

Foram aprovadas pelo Parlamento Nacional, tendo sido objecto de publicação no *Jornal da República*, as seguintes leis:

- Lei n.º 1/2006, de 8 de Fevereiro (Liberdade de Reunião e Manifestação), com base na Proposta de Lei n.º 29/I/3.<sup>a</sup>;
- Lei n.º 3/2006, de 12 de Abril (Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional), com base no Projecto de Lei n.º 21/I/3.<sup>a</sup>.

Foram enviados para promulgação e publicação, após aprovação, os seguintes diplomas normativos finais, sob a forma de decretos:

- Decreto do PN n.º 55/I/4.<sup>a</sup> (Prorroga o Prazo de Duração da Lei n.º 16/2005, de 16 de Setembro – “Autorização Legislativa em Matéria Penal”), com base na Proposta de Lei n.º 48/I/4.<sup>a</sup>;
- Decreto do PN n.º 57/I/4.<sup>a</sup> (Pensão Mensal Vitalícia dos Deputados e Outras Regalias), com base no Projecto de Lei n.º 24/I/4.<sup>a</sup>.



---

### 2.1.2. Processos especiais

Uma vez demitido o Primeiro Governo Constitucional, o Parlamento apreciou, aprovando-o, o Programa do II Governo Constitucional, depois publicado no *Jornal da República*, Série I, n.º 11, de 9 de Agosto de 2006.

O Parlamento Nacional aprovou ainda, observando-se processo especial regimentalmente previsto, as seguintes leis, já publicadas:

- Lei n.º 2/2006, de 8 de Fevereiro (Orçamento Rectificativo para o Ano Fiscal de 2005-2006), com base na Proposta de Lei n.º 45/I/4.<sup>a</sup>;
- Lei n.º 4/2006, de 21 de Agosto (Orçamento Geral do Estado para o Ano Fiscal de 2006-2007), com base na Proposta de Lei n.º 49/I/4.<sup>a</sup>.

Em sede de aprovação de instrumentos de Direito Internacional, contam-se as seguintes resoluções, aprovadas pelo Parlamento Nacional e publicadas na competente série do *Jornal da República*:

- Resolução do PN n.º 7/2006, de 26 de Abril, que Ratifica, para Adesão, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, com base na Proposta de Resolução n.º 33/I/4.<sup>a</sup>;
- Resolução do PN n.º 8/2006, de 26 de Abril, que Ratifica, para Adesão, a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente em África, com base na Proposta de Resolução n.º 35/I/4.<sup>a</sup>;
- Resolução do PN n.º 9/2006, de 26 de Abril, que Ratifica, para Adesão, a Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica, com base na Proposta de Resolução n.º 34/I/4.<sup>a</sup>.

Aguarda publicação a resolução do PN que Ratifica o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros (Proposta de Resolução n.º 32/I/4.<sup>a</sup>).

O Presidente da República foi autorizado a ausentar-se do território nacional, mediante resolução parlamentar, nos seguintes casos:



- 
- Viagem do Presidente da República Democrática de Timor-Leste à República Popular da China e à República da Indonésia (Resolução do PN n.º 19/2005, de 16 de Novembro, baseada no Projecto de Resolução n.º 63/I/4.<sup>a</sup>);
  - Viagem do Presidente da República Democrática de Timor-Leste a Langkawi, Malásia (Resolução do PN n.º 20/2005, de 28 de Dezembro, baseada no Projecto de Resolução n.º 65/I/4.<sup>a</sup>);
  - Viagem do Presidente da República Democrática de Timor-Leste aos Estados Unidos da América, Japão e República da Indonésia (Resolução do PN n.º 1/2006, de 1 de Fevereiro, baseada no Projecto de Resolução n.º 68/I/4.<sup>a</sup>);
  - Viagem do Presidente da República Democrática de Timor-Leste à República da Indonésia (Resolução do PN n.º 2/2006, de 21 de Fevereiro, baseada no Projecto de Resolução n.º 66/I/4.<sup>a</sup>);
  - Viagem do Presidente da República República Democrática de Timor-Leste a Portugal, Suíça e Angola (Resolução do PN n.º 5/2006, de 15 de Março, baseada no Projecto de Resolução n.º 71/I/4.<sup>a</sup>);
  - Viagem do Presidente da República Democrática de Timor-Leste à República da Indonésia (Resolução do PN n.º 13/2006, de 18 de Julho, baseada no Projecto de Resolução n.º 75/I/4.<sup>a</sup>).

O Presidente da República foi ainda autorizado a viajar para a República da Indonésia por via da aprovação do Projecto de Resolução n.º 69/I/4.<sup>a</sup>, mas a viagem programada acabou por não se realizar e, por isso, a correspondente resolução não foi objecto de publicação.

Com excepção da apreciação do Programa do Governo, não foram utilizados quaisquer outros processos de orientação e fiscalização política previstos regimentalmente, nomeadamente os institutos das perguntas e interpelações ao Governo e dos inquéritos parlamentares.

### **2.1.3. Iniciativas rejeitadas, pendentes e caducadas**

Foi rejeitado, na votação final global, o Projecto de Lei n.º 19/I/3<sup>a</sup> (Lei Orgânica do Parlamento Nacional).



---

Foi rejeitado, por não ter obtido a maioria qualificada exigida, o Projecto de Resolução n.º 67/I/4.<sup>a</sup> (Autoriza a suspensão das actividades do Parlamento Nacional no período compreendido entre os dias 26 e 30 de Dezembro de 2005).

Estão sob tramitação, com observância das normas aplicáveis ao processo legislativo comum, as seguintes iniciativas legislativas:

- Projecto de Lei n.º 16/I/3.<sup>a</sup>, sobre a Reposição da Despesa Hospitalar e Assistência Medicamentosa Suportada Indevida e Compulsivamente por Deputados, Funcionários e Agentes da Administração Pública;
- Projecto de Lei n.º 18/I/3.<sup>a</sup>, sobre Bases da Educação;
- Projecto de Lei n.º 22/I/3.<sup>a</sup>, sobre Estatuto dos Advogados;
- Projecto de Lei n.º 23/I/4.<sup>a</sup>, sobre Símbolos Nacionais;
- Projecto de Lei n.º 25/I/4.<sup>a</sup>, sobre Lei Eleitoral para o Presidente da República;
- Projecto de Lei n.º 26/I/4.<sup>a</sup>, sobre Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional;
- Projecto de Lei n.º 27/I/4.<sup>a</sup>, sobre Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional;
- Projecto de Lei n.º 28/I/4.<sup>a</sup>, sobre Comissão Eleitoral Independente;
- Projecto de Lei n.º 29/I/4.<sup>a</sup>, sobre Estatuto dos Ex-Titulares de Órgãos de Soberania.

Foram apresentadas, mas caducaram com a demissão do I Governo Constitucional, as seguintes propostas de lei:

- N.º 24/I/2.<sup>a</sup> (Amnistia e Outras Medidas de Clemência);
- N.º 46/I/4.<sup>a</sup> (Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional);
- N.º 47/I/4.<sup>a</sup> (Lei Eleitoral para o Presidente da República).

## **2.2. Actividade fiscalizadora difusa**

Na falta de inquéritos, perguntas ou interpelações directas, a fiscalização da acção do Governo e da Administração Pública continuou a ser exercida essencialmente pelos Deputados, individual ou colectivamente, por três vias:

- Contactos com o eleitorado, a que vulgarmente se convencionou chamar “visitas aos distritos”;
- Visitas a serviços e instituições públicas;





- 
- Controlo da execução do Orçamento Geral do Estado e da consecução dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional, através de reuniões de trabalho e audiências a nível das comissões parlamentares.

As visitas aos distritos ocorreram, com regularidade, todas as sextas-feiras, conforme previsto regimentalmente, mas sofreram uma interrupção drástica, compreensível, nos dois meses mais conturbados da crise política e instabilidade social que se viveu no País.

Houve também reuniões de trabalho, muitas vezes com a intervenção de responsáveis ministeriais ou de serviços da Administração directa e indirecta do Estado, com o objectivo de verificar o grau de execução das metas orçamentais e de desenvolvimento, principalmente no seio das comissões competentes nas áreas de economia, finanças, educação, cultura, agricultura, pescas, saúde, trabalho e infra-estruturas.

Regista-se melhoria substancial na capacidade de intervenção em matéria de fiscalização, nomeadamente através das visitas aos distritos para acompanhamento da execução de projectos e programas executados pelo Governo.

Houve também progressos em matéria de agendamento e realização de encontros com autoridades públicas, para acompanhamento da acção do Governo na implementação dos diversos programas e políticas sectoriais.

### **2.3. Actividade meramente política ou deliberativa**

O debate político no seio do Parlamento Nacional focalizou-se em numerosas declarações e intervenções produzidas durante os períodos de antes da ordem do dia das reuniões plenárias e, mesmo quando de forma indirecta, no âmbito do próprio processo legislativo.

As deliberações de carácter político tomadas pelo Parlamento Nacional não enquadráveis em qualquer dos processos regimentais tipificados foram, sob a forma de resolução, deliberação ou voto, as seguintes:

- Resolução do PN n.º 21/2005, de 28 de Dezembro, que Aprova o Logótipo do Parlamento Nacional (com base no Projecto de Resolução n.º 64/I/4.<sup>a</sup>);



- 
- Resolução do PN n.º 3/2006, de 21 de Fevereiro, sobre a Eleição de dois membros para o Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero;
  - Resolução do PN n.º 4/2006, de 21 de Fevereiro, que Atribui o Título de Cidadão Honorário da República Democrática de Timor-Leste ao Senhor Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República de Portugal (com base no Projecto de Resolução n.º 70/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 6/2006, de 12 de Abril, que Aprova a Constituição do Grupo das Mulheres Parlamentares Timorenses (com base no Projecto de Resolução n.º 72/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 10/2006, de 18 de Julho, sobre o Apoio à Comissão de Notáveis (com base no Projecto de Resolução n.º 73/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 11/2006, de 18 de Julho, sobre a Designação de Cidadão para o Conselho de Administração do Serviço de Radiodifusão pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste;
  - Resolução do PN n.º 12/2006, de 18 de Julho, sobre as Medidas de Emergência para Ultrapassar a Crise Decretadas por Sua Excelência o Presidente da República, Kay Rala Xanana Gusmão (com base no Projecto de Resolução n.º 74/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 14/2006, de 18 de Julho, sobre Repúdio à Violência (com base no Projecto de Resolução n.º 76/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 15/2006, de 18 de Julho, sobre Investigação Criminal, o Mandato do Procurador-Geral da República e a Comissão Especial de Inquérito (com base no Projecto de Resolução n.º 77/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 16/2006, de 18 de Julho, sobre Prorrogação do Período Normal de Funcionamento do Parlamento Nacional (com base no Projecto de Resolução n.º 78/I/4.ª);
  - Resolução do PN n.º 17/2006, de 21 de Agosto, sobre Prorrogação do Período Normal de Funcionamento do Parlamento Nacional (com base no Projecto de Resolução n.º 79/I/4.ª);
  - Deliberação do PN n.º 10/2005, de 17 de Setembro, sobre a Congratulação e Louvor pela Vitória da Seleção Nacional de Futebol dos Infantis (Sub-12) na Taça Rivelino (com base no Projecto de Deliberação n.º 10/I/4.ª);
  - Deliberação do PN n.º 15/2006, de 14 de Fevereiro, sobre Ajudas de Custo (com base no Projecto de Deliberação n.º 15/I/4.ª);
  - Voto de Pesar do PN n.º 17/2005, de 19 de Setembro, pelo Falecimento do Sr. Padre Francisco Maria Fernandes (com base no Voto n.º 17/I/4.ª);
  - Voto de Pesar e Solidariedade do PN n.º 18/2005, de 4 de Outubro, pelas Vítimas dos Atentados Terroristas em Bali (com base no Voto n.º 18/I/4.ª);



- 
- Voto de Pesar do PN n.º 19/2005, de 4 de Outubro, pelo Falecimento de Monsenhor Mário Belo, Vigário da Diocese de Baucau (com base no Voto n.º 19/I/4.<sup>a</sup>).

Aguardam publicação as resoluções do PN respeitantes à designação, por eleição, de membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero e da Comissão de Homenagem, Supervisão do Registo e Recursos, a que alude a alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 3/2006, de 12 de Abril.

## **2.4. Actividade de representação institucional**

No âmbito das relações institucionais do Parlamento Nacional com órgãos de soberania nacionais, instituições parlamentares de outros países e outras entidades nacionais ou estrangeiras, foram concretizadas várias deslocações, dentro do território nacional e ao estrangeiro, pelo Sr. Presidente do PN e por delegações de Deputados, cabendo destacar, pela sua acrescida importância, as que se inserem no contexto dos contactos com o exterior.

### **2.4.1. Representação por parte do Presidente do Parlamento**

O Sr. Presidente do Parlamento Nacional efectuou as deslocações oficiais que constam do mapa inscrito no ponto 2.4.3 do presente relatório.

### **2.4.2. Delegações parlamentares**

O Parlamento Nacional de Timor-Leste enviou as delegações parlamentares a que se faz referência no mapa transcrito no ponto seguinte do presente relatório.

### **2.4.3. Assistência técnica e administrativa**

As deslocações referidas foram assistidas, técnica e administrativamente, pelos serviços de administração e património, relações públicas e apoio ao Plenário, no que se refere à preparação das viagens e elaboração dos respectivos relatórios.



A descrição das viagens ao estrangeiro por Deputados, delegações parlamentares, membros da Mesa e funcionários dos serviços de apoio consta do mapa que se transcreve:

N.º	Descrição da viagem	Duração	Entidade convidada	Fonte de financiamento
1	25ª Assembleia Geral da AIPO em Laos	5 dias (18-09-05 a 23-09-05)	Vice-Presidente Jacob Fernandes e 2 membros.	<i>Overseas travel</i>
2	II Curso de Formação Interparlamentar na Assembleia da República de Portugal	10 dias (17-10-05 a 27-10-05)	Luís Nascimento, Celina Ximenes, Angelina Machado, Márcia Lemos	<i>Overseas travel</i>
3	Conferência sobre “ <i>Woman Shaping Democracy–Progressive Politics Ten Years After the World Conference on Woman in Beijing</i> ” em Manila, Filipinas	1 dia (24-10-05 a 25-10-05)	Deputadas Maria Solana e Maria Lurdes Alves	Dispunha de bilhete de regresso
4	Seminário Regional sobre Políticas Macro-Económicas Pro-Pobres em Beijing, China	4 dias (24-10-05 a 28-10-05)	Comissão de Economia e Finanças	Centro Regional do PNUD de Sri Lanka
5	Convite a uma delegação parlamentar timorense para visitar, oficialmente, o Parlamento Australiano	3 dias (7-11-05 a 10-11-05)	Delegação parlamentar Timorense de 4 pessoas	Parlamento Australiano
6	Seminário Regional sobre Elaboração de Orçamentos Sensíveis à Política do Género, em Colombo, Sri Lanka	2 dias (8-11-05 a 9-11-05)	Comissão de Economia e Finanças	Centro Regional do PNUD de Sri Lanka
7	V Fórum dos Presidentes dos PLP em Luanda, Angola	2 dias (09-11-05 a 10-11-05)	Presidente do Parlamento Nacional	<i>Overseas travel</i>
8	I Conferência Interparlamentar África-América Latina em Caracas, Venezuela	7 dias (13-11-05 a 20-11-05)	Presidente do Parlamento Nacional	<i>Overseas travel</i>
9	III Conferência da Ásia e Pacífico sobre Reprodutividade e Saúde Sexual, na Malásia	4 dias (17-11-05 a 21-11-05)	Deputada Adalgiza Ximenes, Presidente da Comissão F	UNFPA
10	Segunda Fase da Submissão Mundial de Informação à Sociedade na Tunísia (IPU)	1 dia (17-11-05)	Uma Delegação Parlamentar	<i>Overseas travel</i>
11	VI Assembleia Geral da Associação dos Parlamentos da Ásia para a Paz, na Tailândia	5 dias (19-11-05 a 24-11-05)	Presidente do Parlamento e Delegação Parlamentar	<i>Overseas travel</i>
12	II Encontro dos Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa, no Brasil	4 dias (21-11-05 a 25-11-05)	Técnico da informática a designar.	<i>Overseas travel</i>
13	Convite a uma delegação parlamentar timorense para visitar, oficialmente, o Parlamento Indonésio	5 dias (10-12-05 a 15-12-05)	Uma delegação parlamentar Timorense de 7 pessoas	<i>Overseas travel</i>
14	Sessão da Conferência Parlamentar de Hong Kong sobre WTO	3 dias (12-12-05 a 15.12.05)	Uma delegação parlamentar	<i>Overseas travel</i>
15	Convite para uma visita de funcionários e deputados ao Congresso Americano	11 dias (16-01-06 a 27-01-06)	Deputados e Funcionários do Parlamento Nacional.	<i>Overseas travel</i>
16	Programa de Treino Internacional sobre “Legislative Drafting” promovido pelo Parlamento da Índia	64 dias (8-12-05 a 10-02-06)	Parlamentares Sêniores c/ domínio da língua inglesa.	<i>Overseas travel</i>
17	I Curso de Comunicação Institucional para Parlamentares de Língua Portuguesa no Brasil	12 dias (6 a 19 de Agosto 2006)	Funcionários de Relações Públicas	45% do <i>per diem</i> do PN, excepto alojamento, logística e transporte no Brasil
18	Treino para duas funcionárias da Biblioteca em Jakarta.	15 dias (de 17-7-06 a 11-08-06)	Celina Ximenes e Sancha Margarida	Pagos pela <i>Asia Foundation</i>
19	Reunião Extraordinária dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP em Lisboa	3 dias (10 a 11 de Julho de 2006)	Uma Delegação Parlamentar	<i>Overseas travel</i> (Timor-Leste não participou)
20	Visita de uma delegação parlamentar à Suécia para assistir às eleições gerais	10 dias (9 a 19 de Setembro de 2006)	Uma delegação parlamentar de 15 pessoas, incluindo funcionários	Pago pelo Parlamento da Suécia.



---

### 3. Órgãos parlamentares e serviços de apoio

O Parlamento Nacional organiza-se nos seguintes órgãos colegiais:

- O Plenário, que reúne todos os Deputados;
- As comissões especializadas permanentes, em número de sete, consoante a matéria;
- A Comissão Permanente, que desempenha funções fora do período normal de funcionamento do Parlamento e nos casos expressamente previstos;
- A Mesa do Parlamento Nacional;
- A Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares.

Os dois primeiros têm poderes deliberativos e intervêm activamente nos processos legislativos, de mera fiscalização ou de decisão política; o terceiro e o quarto têm poderes deliberativos, mas com competências específicas delimitadas; o quinto é órgão de consulta, sem poderes deliberativos destacáveis.

O Parlamento Nacional comporta ainda os seguintes órgãos singulares, com as competências regimentalmente previstas:

- O Presidente do Parlamento Nacional, que também preside à Comissão Permanente;
- Os Vice-Presidentes, o Secretário e os Vice-Secretários, individualmente considerados;
- Os presidentes, bem como os membros das mesas das comissões especializadas permanentes, quando individualmente tomados.

Importa destacar, embora no contexto global da actividade parlamentar, a acção directa dos principais órgãos parlamentares, conjugada com a dos serviços de apoio.

O apoio, técnico e administrativo, ao trabalho parlamentar baseou-se, por imperativo legal, na estrutura quadripartida de serviços agrupada sob a designação de “Secretariado”, dirigida por um Director e composta por:

- Serviço de Apoio ao Plenário (SAPLEN);



- 
- Serviço de Apoio às Comissões (SAC);
  - Serviço de Administração e Património (SAPAT);
  - Serviço de Relações Públicas, Audiovisual e Documentação (SEREPAD).

### **3.1. Presidente, Mesa e Conferência dos Representantes das Bancadas**

O SAPLEN prestou assistência directa à Mesa, Gabinete do Presidente e Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares, quanto ao exercício das suas funções de preparação, agendamento, organização, direcção, coordenação, disciplina e orientação do funcionamento do Plenário.

Para além da assistência técnico-jurídica prestada aos órgãos parlamentares em causa, o SAPLEN procedeu à elaboração de propostas de Agenda e Súmulas, sob a superior orientação do Presidente do Parlamento Nacional e do Secretário da Mesa, e à preparação de intervenções escritas para Deputados ou delegações parlamentares, quando solicitado para o efeito.

Procedeu ainda à elaboração das respectivas actas e publicação das resoluções no *Jornal da República*.

Ao SAPLEN estão adstritos três funcionários técnicos, um dos quais o chefia, e um auxiliar do quadro de pessoal permanente.

O Presidente e a Mesa foram também assessorados por juristas internacionais destacados pela Assembleia da República de Portugal, pela Missão das Nações Unidas, pela *Asia Foundation* e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como pelos técnicos residentes jurista e de relações internacionais, de nacionalidade timorense, contratados pela instituição parlamentar portuguesa.

Entre outras funções neste domínio, coube ao SAPLEN o registo, a numeração e a organização dos processos relativos às iniciativas legislativas apresentadas e a distribuição de toda a documentação e expediente destinado aos Deputados. Além disso, competiu-lhe registar as faltas e as presenças dos Deputados, em colaboração com o SAPAT.



---

### **3.1.1. Presidente do Parlamento Nacional**

O Presidente do Parlamento Nacional preside à Mesa, à Comissão Permanente e às reuniões plenárias e convoca e preside à Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares.

Cabe-lhe regimentalmente, de entre outras competências, agendar e organizar as reuniões plenárias, assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações do Parlamento, deferir os pedidos de substituição temporária dos Deputados, conceder permissão aos Deputados para não assistirem às sessões, receber as declarações de renúncia ao mandato de Deputado, julgar as justificações de faltas apresentadas pelos Deputados, representar o Parlamento Nacional e chefiar as representações e deputações de que faça parte.

### **3.1.2. Mesa**

A Mesa do Parlamento Nacional é composta pelo Presidente, por dois Vice-Presidentes, por um Secretário e por dois Vice-Secretários, competindo-lhe declarar a perda do mandato em que incorrer qualquer Deputado, assegurar o desempenho dos serviços de apoio ao Plenário e às comissões e, em geral, exercer quaisquer outras funções que se mostrem pertinentes ao bom desempenho dos trabalhos do Parlamento.

### **3.1.3. Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares**

A Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares é composta pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, pelo Secretário da Mesa e pelos presidentes das bancadas parlamentares ou pelos seus substitutos. Cada membro representa um número de votos igual ao número de Deputados que cada bancada parlamentar detém no Parlamento. Geralmente, o Presidente do Parlamento deve ouvir a Conferência para efectuar os agendamentos das iniciativas em Plenário, embora não se encontre vinculado às suas decisões.

## **3.2. Plenário e Comissão Permanente**



---

O SAPLEN prestou, como lhe cumpria, apoio técnico e administrativo ao Plenário e à Comissão Permanente, assim como aos restantes órgãos, mesmo não decisórios, que, de uma forma ou outra, interagem na organização e preparação das reuniões plenárias.

Assim, durante a quarta sessão legislativa e de entre outras tarefas, procedeu-se ao registo, à numeração e à organização dos processos relativos às iniciativas legislativas ou a iniciativas de carácter meramente deliberativo ou político e fez-se o acompanhamento da sua tramitação no âmbito do debate parlamentar.

Procedeu-se à distribuição de toda a documentação e expediente destinado aos Deputados e respectivas bancadas parlamentares e à elaboração de ofícios administrativos, propostas de alteração ao texto de iniciativas em sede de especialidade no Plenário, votos e projectos de deliberação ou resolução. Assegurou-se também o envio dos diplomas para promulgação e publicação no *Jornal da República*, bem como a sua posterior correcção através de rectificação.

O SAPLEN garantiu ainda o registo das faltas e presenças dos Deputados, comunicadas ao SAPAT para efeitos financeiros.

Assinala-se a ocorrência de 71 reuniões plenárias, das quais 10 foram extraordinárias.

No âmbito da sua competência legislativa e deliberativa, o Plenário aprovou 2 projectos de lei, 4 propostas de lei, 4 propostas de resolução, 16 projectos de resolução, 2 projectos de deliberação e 3 votos de pesar.

Por fim, como consequência da discussão e aprovação das iniciativas levadas a cabo pelo Governo ou pelos Deputados, de que acima se deu conta, foram elaborados dezenas de ofícios para execução das tarefas administrativas inerentes.

A formação dos funcionários colocados no SAPLEN obedeceu sobretudo ao sistema *on job training*. Para além disso, a funcionária auxiliar Sancha Tilman frequentou um curso de





---

formação em biblioteca, ministrado em Jacarta, Indonésia, de 17 de Julho a 11 de Agosto de 2006.

Embora a evolução e os resultados obtidos com a formação sejam muito positivos, torna-se necessário assegurar a sua continuidade por forma a conseguir o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e o aprofundamento dos conhecimentos técnicos dos funcionários do serviço.

Cumpre tentar resolver algumas das carências mais gritantes com que o SAPLEN se debate ao nível dos recursos humanos e materiais. Torna-se necessário, por exemplo, recrutar pelo menos um técnico jurista nacional, a fim de reforçar a capacidade técnica desta área, ainda muito dependente da assessoria que é prestada pelos cooperantes internacionais. No domínio da informática, é urgente assegurar assistência técnica adequada que possibilite, ao menos, a resolução das avarias habituais que se registam com os computadores em uso no serviço.

### **3.2.1. Plenário**

O Plenário é composto por 88 Deputados. Actualmente, os Deputados estão integrados em 13 bancadas parlamentares, existindo ainda dois Deputados independentes.

As suas reuniões ordinárias têm lugar às segundas e terças-feiras, podendo as reuniões extraordinárias ocorrer desde que convocadas pelo Presidente, ouvida a Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares. Para o Plenário cabe recurso das decisões do Presidente.

### **3.2.2. Comissão Permanente**

A Comissão Permanente reúne durante o período em que o Parlamento se encontra dissolvido, durante as férias parlamentares e nos restantes casos previstos na Constituição. Sendo presidida pelo Presidente do Parlamento, é também composta pelos Vice-Presidentes e pelos Deputados indicados pelos partidos políticos, em conformidade com o princípio da



---

representatividade, nos termos constitucionais e regimentais. Actualmente, regista uma composição de 37 Deputados.

A Comissão Permanente tem como competências, de entre outras, dar assentimento às deslocações ao estrangeiro do Presidente da República, acompanhar a actividade do Governo e da Administração e autorizar a declaração do estado de sítio e do estado de emergência, bem como autorizar a declaração de guerra e a feitura da paz, para além de convocar o Parlamento em reunião plenária.

Na quarta sessão legislativa, por virtude das sucessivas prorrogações do período normal de funcionamento, a Comissão Permanente não teve necessidade de reunir.

### **3.3. Comissões especializadas permanentes**

As competências das sete comissões especializadas permanentes existentes são delimitadas em razão da matéria.

#### **3.3.1. Apoio técnico e administrativo**

As comissões especializadas permanentes foram apoiadas pelo SAC, ao qual cabe, nesse âmbito, assegurar assessoria técnica especializada, apoio de secretariado e acompanhamento do movimento dos processos relativos à actividade legislativa e de fiscalização.

O SAC dispõe de cinco técnicos nacionais do quadro de pessoal permanente, nos quais se inclui o chefe do serviço, e contou, durante a quarta sessão legislativa, com a colaboração de técnicos juristas internacionais suportados pela Assembleia da República de Portugal, pela Missão das Nações Unidas, pela *Asia Foundation* e pelo PNUD.

O serviço não possui qualquer funcionário de apoio administrativo, tendo os técnicos que se desdobrar para assegurar o cumprimento de tarefas meramente burocráticas e administrativas.



---

No plano da capacitação, o acompanhamento dos funcionários nacionais foi feito essencialmente *on job*, não tendo sido dado seguimento ao esquema de acções de formação internas levado a cabo na sessão legislativa anterior, o que se deveu a falta de assessoria adequada e também à crise política e social, que paralizou parcialmente a instituição.

Quanto a procedimentos e rotinas essenciais à satisfação das necessidades de apoio, continuaram a ser praticadas, embora de forma menos regular, reuniões com a chefia e funcionários, com finalidades de avaliação, planeamento e coordenação da actividade do serviço. Tais reuniões semanais têm também como objectivo a partilha de informações e experiências entre os funcionários do SAC, incluindo questões técnicas relacionadas com a *performance* das suas funções. Nesta medida, constituem também uma oportunidade de formação e capacitação, na medida em que proporcionam oportunidades para a transferência de conhecimentos e formação entre os funcionários locais e os técnicos internacionais.

Visam ainda tais reuniões a abordagem dos problemas e obstáculos que o SAC enfrenta e a busca de soluções para melhorar a qualidade dos serviços e o desempenho individual de cada funcionário. São normalmente tratadas as questões administrativas e burocráticas internas, a articulação com os outros serviços do Secretariado e o relacionamento com as próprias comissões e seus órgãos.

Relativamente ao grau de cumprimento das tarefas típicas incluídas nos respectivos conteúdos funcionais, verifica-se que, apesar de se terem notado significativas melhorias no desempenho dessas tarefas, só em pequeno grau os técnicos nacionais conseguem desenvolver as suas funções, limitadas à elaboração de ofícios, actas de reuniões, agendas e relatórios simples. É imperioso, ainda assim, melhorar a qualidade do apoio a prestar, o que passa por um esforço conjunto, entre técnicos nacionais e internacionais, em termos de orientação do trabalho dos primeiros, mas também pelo repensar das estratégias de formação que têm vindo a ser adoptadas.

A maior parte das tarefas realizadas pelos técnicos nacionais insere-se, conseqüentemente, não na esfera das actividades descritas no seu conteúdo funcional, mas no âmbito de actividades de natureza administrativa, auxiliar e de secretariado. Tendo que se



---

desdobrar em actividades administrativas e auxiliares, resta-lhes pouco tempo para acompanharem a realização de tarefas técnicas mais complexas.

### 3.3.2. Actividade parlamentar específica

Nos termos regimentais, compete às comissões parlamentares especializadas: discutir e dar parecer sobre os projectos e propostas de lei, propostas de alteração e tratados submetidos ao Parlamento; apreciar as petições, reclamações e queixas dirigidas ao Parlamento; inteirar-se dos problemas políticos e administrativos que sejam do seu âmbito e fornecer ao Parlamento, quando este o julgar conveniente, os elementos necessários à apreciação dos actos do Governo; realizar audiências públicas com entidades públicas e da sociedade civil para discutir matéria legislativa em apreciação, bem como assuntos de interesse público relevante; convocar quaisquer titulares de órgãos da Administração Pública para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.

As comissões têm poderes para levar a cabo quaisquer diligências necessárias ao bom cumprimento das suas funções, especialmente para: solicitar a participação de membro do Governo nos seus trabalhos; proceder a estudos; requerer informações ou pareceres; solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos; efectuar missões de informação ou de estudo; requisitar e contratar especialistas para coadjuvar nos seus trabalhos, desde que autorizados pelo Presidente e por deliberação do Plenário.

Traduzida em números globais, a actividade parlamentar desenvolvida pelas comissões especializadas permanentes e eventuais durante a quarta sessão legislativa, conforme registo do SAC, foi a seguinte:

Reuniões	170
Audiências Públicas	89
Visitas aos Distritos	55
Viagens ao Exterior	1
Projectos de Lei	9
Propostas de Lei	6

A repartição destes números globais pelas diversas comissões foi a que se segue.



---

*Comissão A (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias):*

Reuniões	35
Audiências Públicas	53
Visitas aos Distritos	12
Projectos de Lei	9
Propostas de Lei	4

*Comissão B (Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais):*

Reuniões	21
Audiências Públicas	6
Visitas aos Distritos	4
Viagens ao Exterior	1

*Comissão C (Comissão de Economia e Finanças):*

Reuniões	30
Audiências Públicas	2
Visitas aos Distritos	1
Propostas de Lei	2

*Comissão D (Comissão de Agricultura, Pescas e Ambiente):*

Reuniões	15
Audiências Públicas	6
Visitas aos Distritos	6

*Comissão E (Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto):*

Reuniões	22
Audiências Públicas	5
Visitas aos Distritos	11

*Comissão F (Comissão de Saúde, Assuntos Sociais, Solidariedade e Trabalho):*

Reuniões	27
Audiências Públicas	8
Visitas aos Distritos	12

*Comissão G (Comissão de Infra-Estruturas):*



---

Reuniões	20
Audiências Públicas	9
Visitas aos Distritos	9

Ressalta destes dados que a actividade legislativa se centrou na Comissão A, o que confirma a tendência para o trabalho de análise e produção legislativa, em resultado da repartição regimental de competências, se concentrar em uma, duas ou, no máximo, três das sete comissões existentes.

Os debates travados no seio das comissões e os relatórios e documentos da sua competência por elas produzidos revelaram, na senda do que já se vinha verificando no decurso da terceira sessão legislativa, maior grau de criticismo, qualidade e criatividade.

Melhorou igualmente, em grande medida, a percepção da importância da participação da sociedade civil no processo legislativo, registando-se habitual recurso ao instrumento das audiências públicas.

Reitera-se o relevo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Sub-Comissão de Direitos Humanos, Justiça e Reconciliação, criada no âmbito da Comissão A. No decurso da quarta sessão legislativa, a referida sub-comissão analisou e, nalguns casos, solucionou, através de mediação, dezenas de petições ou queixas que lhe foram apresentadas em matéria, designadamente, de violações de direitos humanos, pequenos conflitos de comércio local, disputas relacionadas com a posse ou propriedade de terras, intervenções policiais de forças internacionais estacionadas em Díli, crimes sexuais, violência doméstica, atentados contra o património e direitos dos imigrantes.

No contexto da capacitação de Deputados, não se registou, desta vez, a realização de qualquer *workshop*, curso ou seminário.

### **3.4. Director do Secretariado**



---

O Director do Secretariado é o dirigente máximo dos serviços, com competência para os orientar, coordenar e supervisionar e os representar ao mais alto nível, designadamente nas esferas internacionais.

No que se refere especificamente à orientação dos serviços, o Director foi chamado a intervir e tomar decisões em diversas áreas da actividade parlamentar, continuando a verificar-se, à semelhança do ocorrido nas sessões legislativas anteriores, excessiva concentração do poder decisório na instância administrativa máxima da estrutura orgânica. Tal circunstância resulta, entre outros factores, da incapacidade revelada pelas chefias dos serviços em tomar decisões autónomas dentro das suas competências próprias, transferindo para o Director um elevado número de decisões. Há, pois, que estimular os circuitos decisórios intermédios e fomentar, em cada unidade orgânica, a capacidade para orientar e decidir, sob pena de se sobrecarregar o órgão hierarquicamente mais alto e, assim, se entupir o *iter* processual administrativo.

Esta sobrecarga é tanto mais sentida presentemente que o Director conta, para o coadjuvar directamente, com uma equipa auxiliar muito reduzida, praticamente limitada a uma secretária parlamentar e à partilha de um ou dois funcionários colocados no SAPAT, mas na prática a apoiar os dois órgãos. Tem, por isso, de se socorrer frequentemente da ajuda dos assessores internacionais colocados nos outros serviços, embora esteja prevista para breve a contratação pelo PNUD de dois técnicos internacionais para o apoiarem directamente.

### **3.5. Relações públicas, audiovisual e documentação**

Durante a terceira sessão legislativa, o SEREPAD, apesar dos condicionalismos de ordem técnica, deu satisfação, com crescente nível de aperfeiçoamento, às necessidades do apoio que lhe é exigido.

#### **3.5.1. Relações públicas**

O SEREPAD dispõe, no domínio das relações públicas, de três técnicos nacionais. Prestou apoio, nesse domínio, a todas as reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias, efectuadas pelo Parlamento Nacional, através da elaboração e subsequente remessa aos órgãos de



---

comunicação social, por via electrónica, de comunicados de imprensa, bem como da distribuição tanto ao público como aos jornalistas das agendas das sessões plenárias e das comissões. Independentemente da sua remessa, tais documentos continuaram a ser disponibilizados, de forma regular, no expositor colocado na Sala das Sessões.

Foram realizadas várias conferências de imprensa relativas a reuniões dos órgãos parlamentares, embora o SEREPAD tenha sentido dificuldades na programação desse tipo de actividades de uma forma mais consistente e organizada.

Persistem problemas logísticos e técnicos, que têm criado obstáculos à publicação na imprensa local do resumo semanal das actividades do Parlamento Nacional.

Quando para tal tarefa foi solicitado, o serviço de relações públicas acompanhou ainda as visitas ao Sr. Presidente do Parlamento Nacional de diplomatas, delegações de governos e parlamentos estrangeiros e representantes das Nações Unidas e outras organizações internacionais, tendo-se elaborado e difundido correspondentes artigos noticiosos.

Cabe nomear, pela sua importância, as seguintes visitas oficiais efectuadas por entidades estrangeiras ao Parlamento Nacional:

- Presidente da República de São Tomé e Príncipe;
- Presidente da República de Portugal;
- Sua Alteza Real a Princesa Ana;
- Delegação do Congresso Norte-Americano.

Foi prestado apoio protocolar ao Presidente do Parlamento Nacional, aos Deputados e ao Director do Secretariado na organização das deslocações ao estrangeiro e nas recepções das entidades estrangeiras que se deslocaram ao Parlamento Nacional de Timor-Leste, mas nem sempre nas condições condignas mais ideais e compagináveis com a dignidade do órgão de soberania, devido, em grande medida, à inexperiência, limitações técnicas e desmotivação dos funcionários do serviço protocolar.





---

Continua a ser levada à prática, impulsionada pela assessoria internacional da área, a acção “*Levar o Parlamento aos cidadãos?*” adoptada pelos órgãos competentes do Parlamento Nacional. Essa linha de actuação traduziu-se, em concreto, em programas que têm como objectivo aprofundar o conhecimento dos eleitores em relação ao Parlamento como instituição com o mandato de servir o povo timorense, reforçar as relações do Parlamento com os cidadãos, aumentar a confiança do povo neste órgão de soberania e melhorar a sua própria imagem exterior.

Especificamente, as actividades empreendidas nesse contexto consistiram, nomeadamente, em: produção de material didáctico e de educação cívica, redigido nas duas línguas oficiais e, sempre que possível, em língua inglesa; reforço dos serviços de documentação e divulgação informativa e das relações com os *media* locais e internacionais; organização de programas televisivos e radiofónicos sobre temas de interesse parlamentar; elaboração de brochuras sobre a organização interna da instituição parlamentar e temas políticos e sociais relevantes.

Os temas tratados nas últimas brochuras publicadas são:

- As Comissões Especializadas Permanentes;
- Trabalhando para a Promoção da Igualdade no Género;
- O Parlamento e os *media*: construir um relacionamento efectivo e uma sociedade informada;
- O Presidente do Parlamento Nacional;
- Os Deputados do Parlamento Nacional;
- O Processo Orçamental em Timor-Leste.

O reforço dos serviços de relações públicas, informação e documentação do Parlamento Nacional tem constituído uma aposta importante, com particular incidência na formação dos funcionários, supervisionados pela assessoria internacional, nas áreas do protocolo, normas regimentais e redacção de documentos.

Foi também redigido e aprovado um Manual de Protocolo do Parlamento Nacional.



---

Está instituída a prática de pôr à disposição do público e dos jornalistas as agendas das reuniões plenárias e comissões, os comunicados de imprensa e o material educacional produzido.

Logo após cada sessão plenária, é hábito enviar electronicamente um comunicado de imprensa, nas duas línguas oficiais e em inglês, aos jornais locais e internacionais, à rádio e à televisão, à sociedade civil, às embaixadas estrangeiras em Timor-Leste e ao corpo diplomático timorense.

Reforçar as relações com os *media* locais é outra das metas a atingir na área de intervenção das relações públicas. Para alcançar tal finalidade, foi organizado um seminário com a participação de profissionais dos órgãos de comunicação social. Os convidados, Deputados e representantes dos *media* locais tentaram, com a ajuda de um moderador especialista na área, abordar os vários aspectos caracterizadores da relação entre a comunicação social e o poder político, às vezes complicada.

Para dar cobertura a um dos momentos mais importantes do ano legislativo, o da discussão e votação do Orçamento Geral do Estado para o Ano Fiscal de 2006-2007, o Parlamento Nacional organizou debates televisivos e radiofónicos. Nestes programas, os Deputados da maioria e da oposição tiveram ocasião de transmitir uma visão detalhada do processo orçamental em Timor-Leste. Foi ainda realizado um debate interactivo após a apresentação do Orçamento Geral do Estado, durante o qual os convidados abordaram numerosos aspectos relacionados com o Orçamento do futuro ano fiscal, facultando ao público a possibilidade de fazer perguntas e comentários.

Um outro debate interactivo transmitido na rádio e na televisão, com impacto positivo, centrou-se na iniciativa legislativa respeitante ao Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional. Três Deputados da maioria e da oposição, através do formato de perguntas dos ouvintes e telespectadores, explicaram exaustivamente o conteúdo desse diploma legislativo, tão importante para o povo timorense.



---

Para explicar o papel essencial das comissões especializadas permanentes, foi organizado também um programa radiofónico com frequência bi-semanal. Neste programa, que começou com uma apresentação do Parlamento Nacional pelo seu Presidente, os representantes de cada um das comissões tiveram a possibilidade de apresentar o plano de trabalho anual da respectiva comissão, além de ilustrarem o papel por ela desempenhado.

Em Dezembro de 2005, o Parlamento Nacional finalizou e aprovou o logótipo identificador da instituição parlamentar, escolhido de entre 25 modelos idealizados por artistas timorenses.

### **3.5.2. Meios audiovisuais**

Compete ao SEREPAD, na parte do audiovisual, assegurar a gestão e exploração dos sistemas de áudio e vídeo existentes e, nomeadamente, estabelecer as ligações telefónicas de todas as unidades orgânicas do Parlamento Nacional.

O SEREPAD, no que toca ao sector audiovisual, assegurou assistência técnica a todas as sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, através fundamentalmente dos dois funcionários do quadro de pessoal com essas funções.

### **3.5.3. Biblioteca e apoio documental**

Com respeito à área da documentação, assegurada por uma funcionária nacional, o fundo documental existente na Biblioteca é composto por 2.270 monografias, em que predominam os dicionários (português, inglês, indonésio e tétum). Os 2.270 volumes, arquivados através do programa de gestão de bibliotecas *Porbase5*, correspondem a cerca de 900 títulos diferentes, com várias dezenas de exemplares de dicionários e outras publicações.

Essas 2.270 monografias encontram-se no registo electrónico da Biblioteca. Existe registo de empréstimo de obras, constantemente actualizado.



---

A etiquetagem e o armazenamento das monografias estão ordenados segundo o plano de classificação do *Eurovoc*, de forma a permitir uma arrumação temática das monografias que se encontram colocadas nas estantes.

O acesso à *Internet* permitiu recolher documentação relevante para os trabalhos parlamentares.

O conteúdo documental existente na Biblioteca é, em números, o seguinte:

- Monografias 2270
- Revistas timorenses 56
- Revistas internacionais 61

Além duma súmula diária e semanal da imprensa timorense sobre a actividade parlamentar, existe um arquivo dos jornais locais, com os seguintes:

- Suara Timor Lorosae Setembro 2005 - Maio 2006
- Timor Post Setembro 2005 - Setembro 2006
- Jornal Nacional Diário Setembro 2005 - Setembro 2006
- Jornal Lusa (Internet) Setembro 2005 - Setembro 2006
- Timor On line (Internet) Agosto 2006 – Setembro 2006

No arquivo da Biblioteca encontram-se também:

- Regulamentos da UNTAET Outubro 1999-Maio 2002
- Jornal da República Junho 2003-Agosto 2006

O serviço de empréstimo domiciliário gerido pela Biblioteca registou ainda um total de 70 livros emprestados.

A funcionária técnica que apoia a Biblioteca participou no II Curso de Formação Inter-Parlamentar que teve lugar na Assembleia da República de Portugal, em Lisboa, entre os dias 17 e 27 de Outubro de 2005, onde teve a possibilidade de visitar as instalações da respectiva biblioteca, estabelecer contactos com colegas da área e conhecer a realidade dos serviços de apoio.



---

A mesma funcionária participou também no curso de formação de biblioteca que teve lugar em Jacarta, Indonésia, de 17 de Julho a 11 de Agosto de 2006, tendo tido oportunidade de visitar bibliotecas de várias instituições em Jacarta.

A falta de recursos humanos qualificados, o reduzido número de funcionários adstritos à área e o espaço inapropriado constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento mais eficaz das tarefas inerentes ao sector.

A fim de melhorar a satisfação dos serviços a prestar aos Deputados, importa ainda adquirir mais publicações técnicas, nomeadamente nas áreas da política, da legislação, da economia, das finanças, da agricultura, das relações internacionais, da defesa, da educação, da comunicação e das questões sociais.

### **3.6. Administração e património**

O SAPAT é a unidade orgânica com competência para gerir os recursos financeiros, humanos e materiais, nele tendo desempenhando funções permanentes quatro técnicos da área, duas secretárias parlamentares e seis motoristas, um dos quais faleceu em Junho de 2006. Esta área mereceu ainda, até ao início de Julho de 2006, a assistência directa e regular de um técnico residente licenciado, recrutado pela Assembleia da República de Portugal.

Estando as únicas secretárias parlamentares colocadas no SAPAT e a apoiar o Director, escusado é assinalar a insuficiência de pessoal auxiliar e administrativo para satisfazer as necessidades de apoio nos restantes serviços.

#### **3.6.1. Gestão financeira**

Na área da gestão financeira e orçamental, o SAPAT desenvolveu durante a quarta sessão legislativa, entre outras, as seguintes actividades:

- Elaboração do esboço do Plano Anual de Acção, Matriz do Relatório Trimestral e Orçamento do Parlamento Nacional para o Ano Fiscal de 2006-2007, no total de 3.951.000 USD, em cooperação com a Comissão de Economia e Finanças;



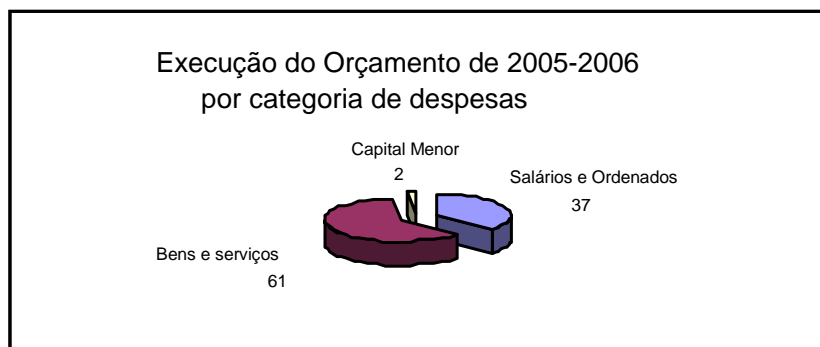
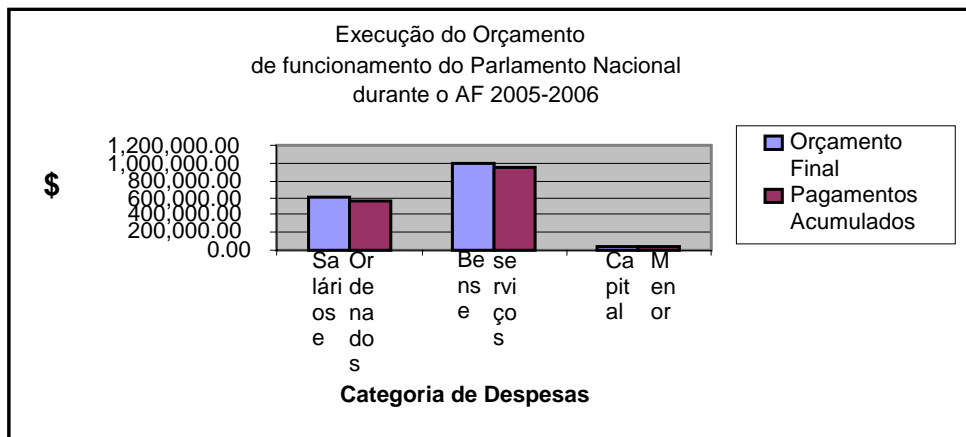
- Processamento de documentos para liquidação de verbas destinadas a satisfazer as necessidades do Parlamento;
- Gestão do fundo de caixa do Secretariado;
- Acompanhamento de auditorias do Ministério do Plano e das Finanças, com vista à prestação de esclarecimentos apropriados ao regime de autonomia administrativa do Parlamento Nacional enquanto órgão de soberania.

Para efeitos de controlo e execução do Orçamento para o Ano Fiscal de 2005-2006, foram ainda desenvolvidas as seguintes actividades:

- Elaboração de propostas de transferência entre rubricas para cobrir despesas imprevistas;
- Emissão de mapas sobre a execução orçamental mensal e respectiva tradução;
- Processamento de salários, vencimentos e outros abonos dos Deputados e funcionários, através de transferências bancárias para a conta individual de cada deputado ou funcionário;
- Coordenação com a instituição bancária respectiva da liquidação dos direitos dos Deputados;
- Elaboração da conta de responsabilidade sobre a execução do Orçamento para o Ano Fiscal de 2005-2006, destacando-se os dados, em tabela e gráficos, que constam da tabela que se segue:

**Tabela - Execução Orçamental 2005-2006**

Resumo	Orçamento Inicial	Orçamento Rectificativo	Alterações	Orçamento Actual	Pagamento acumulados	%	Compromissos acumulados	%	Saldo disponível	%	% de execução
Salários Ordenados e	\$ 610.000,00			\$ 610.000,00	\$ 575.838,826	94%	-	0%	\$ 34.161,18	6%	94,04%
Bens e Serviços	\$ 512.000,00	471.000,00	-\$ 3.000,00	\$ 986.000,00	\$ 942.444,76	96%	\$ 6.762,73	1%	\$ 36.192,51	4%	96,27%
Despesas de Capital	\$ 46.000,00			\$ 43.000,00	\$ 35.656,00	83%	\$ 1.650,00	4%	\$ 5.694,00	13%	86,76%
<b>TOTAL</b>	<b>\$1,168,000,00</b>		<b>-\$ 3.000,00</b>	<b>\$1,639,000,00</b>	<b>\$ 1,553.939,58</b>	<b>95%</b>	<b>\$ 8.412,73</b>	<b>1%</b>	<b>\$ 76.647,69</b>	<b>5%</b>	<b>95,32%</b>



Perante os gráficos e a tabela de execução orçamental apresentados, pode constatar-se que a execução global do orçamento do Parlamento Nacional para o Ano Fiscal de 2005-2006 foi de 95%. A maior parte destas despesas pertence à categoria de “Bens e Serviços”; em seguida vem a categoria de “Salários e Vencimentos”; por fim, temos a categoria das despesas de “Capital e Desenvolvimento”. Verifica-se também que o Secretariado do Parlamento Nacional cumpriu rigorosamente, neste período, todos os seus compromissos assumidos. É importante realçar a utilização da rubrica de “Outros Serviços Diversos” da Categoria de “Bens e Serviços” para cobrir as despesas relativamente ao subsídio especial concedido aos Deputados e funcionários durante o período de crise.

O orçamento da categoria “Capital e Desenvolvimento” destina-se a cobrir as despesas com a reabilitação do Gabinete do Presidente e da sala de cafetaria e o arranjo do jardim



do edifício principal. As despesas foram orçadas em USD\$ 113,000.00 (cento e treze mil dólares americanos).

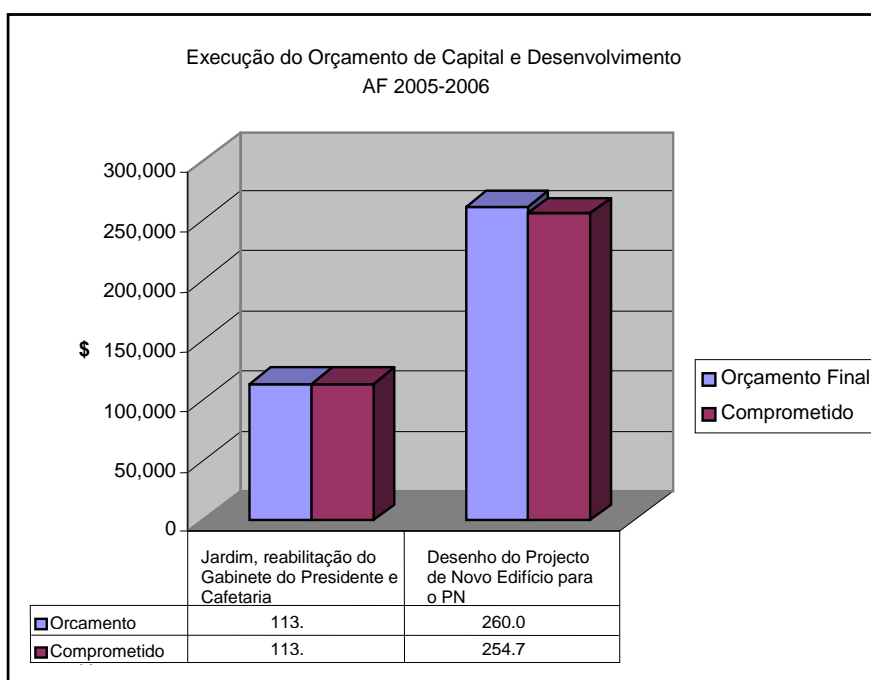
Além destas despesas, foi também proposta no Orçamento Rectificativo uma verba no valor de USD\$ 260,000.00 (duzentos e sessenta mil dólares americanos), destinada a custear o desenho arquitectónico do novo edifício do Parlamento Nacional e a construção da torre de água e das casas de banho, segundo descrevem os quadros e gráficos. Importa referir que a sua implementação foi reconduzida para o Ano Fiscal de 2006-2007.

#### Orçamento Inicial do Ano Fiscal de 2005-2006 – Capital e Desenvolvimento

Resumo	Orçamento Inicial	Alterações	Orçamento Actual	Valor pago	%	Valor comprometido	%	Saldo Disponível	%	% de execução
Bens e serviços	-	-	-	-	0%	-	0%	-	0%	0,00%
Despesas de Capital	\$113,000.00 \$ -	-	\$ 113,000,00	\$ -	0%	\$113,000.00	100%	-	0%	100%
	\$113,000.00 \$	-	\$113,000,00	-	0%	\$113,000.00	100%	-	0%	100%

#### Orçamento Rectificativo do Ano Fiscal de 2005-2006 – Capital e Desenvolvimento

Resumo	Orçamento Inicial	Alterações	Orçamento Actual	Valor pago	%	Valor comprometido	%	Saldo Disponível	%	% de execução
Bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	\$260,000.00 \$ -	-	\$ 260,000,00	\$ -	0%	\$ 254,760,00	98%	5,240.00	2%	97.98%
	\$260,000.00 \$ -	-	\$ 260,000,00	\$ -	0%	\$ 254,760,00	98%	5,240.00	2%	97.98%







O Fundo Especial do ex-Conselho Nacional foi criado no tempo da *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET). Era financiado por doadores internacionais e visava cobrir as despesas do Conselho Nacional. Entretanto, com a implementação dos novos órgãos do Estado, esse fundo foi transferido para a Assembleia Constituinte, com o mesmo intuito. Actualmente, o Fundo encontra-se na posse do Parlamento Nacional e é utilizado para suprir as suas necessidades prementes. É importante realçar que o fundo não está incluído no orçamento do Secretariado do Parlamento Nacional e a sua utilização só é feita mediante o consentimento do Presidente. No Ano Fiscal de 2005-2006, o Fundo foi utilizado para suportar os gastos relativos às visitas oficiais do Presidente do Parlamento Nacional e financiar as despesas das delegações parlamentares ao exterior, conforme o quadro seguinte, que detalha a movimentação do fundo.

#### Quadro - Fundo Especial do ex-Conselho Nacional

Descrição	Data	País	Receita	Despesa	Saldo
Saldo Anterior					\$609,12
Doações recebidas no Ano Fiscal / reembolso com orçamento do Parlamento Nacional	19.08.2005		\$30.897,22		\$31.506,34
Reembolso com orçamento do Parlamento Nacional	23.08.2005		\$4.040,00		\$35.546,34
Tratamento médico do Sr. Presidente do Parlamento na Malásia	02.12.2006	Malásia		\$15.000,00	\$20.546,34
Visita de delegação parlamentar a Paris	06.12.2005	Paris		\$6.182,00	\$14.364,34
Para suportar despesas de comemoração	21.12.2005	Dili		\$5.128,50	\$9.235,84
Per Diem para formação de funcionário no Brasil	03.08.2006	Brasil		\$2.407,50	<b>\$6.828,34</b>
<b>Totais</b>			\$34.937,22	\$28.718,00	

O SAPAT, em conjugação com o Director, os assessores internacionais e a equipa específica dos programas de investimento, tem ainda a incumbência de elaborar e propor o Programa de Investimento Sectorial relativo ao Parlamento Nacional, entretanto em fase de revisão. Este programa visa identificar os principais investimentos a realizar, a médio prazo, tendo em conta as metas estratégicas de desenvolvimento. Para este efeito, o Parlamento Nacional está inserido no sector dos “Pilares do Estado”, onde se incluem, designadamente, a Presidência da República e o Gabinete do Primeiro-Ministro.

#### 3.6.2. Gestão administrativa e patrimonial

O SAPAT tem a responsabilidade de assegurar a gestão e a manutenção das instalações, viaturas e equipamentos do Parlamento Nacional tendentes a suportar a actividade parlamentar.



Em relação às instalações, o Parlamento Nacional possui o edifício-sede sito na Rua Formosa e a residência do Presidente do Parlamento Nacional, que fica na Rua Dr. Sérgio Vieira de Mello, bairro do Farol. Ambas as instalações estão localizadas em Díli. No Ano Fiscal de 2005-2006 não se registou qualquer despesa avultada com estas instalações, a não ser com a manutenção regular dos edifícios.

No que toca ao parque de viaturas do Estado em uso no Parlamento Nacional, assinala-se o abatimento à carga de 8 viaturas no ano fiscal findo e o registo de acidentes de viação, que não haviam ocorrido no ano fiscal anterior, segundo o quadro que abaixo se inscreve.

#### Quadro de manutenção das viaturas

	Secretariado	Comissões	Presidente, Vice-Presidentes, Secretário e Assessor	Viaturas de operação	Abatido à carga	Acidentes de Viação	Total
<b>Veículos</b>	4 viaturas e 5 motorizadas	13 viaturas	6 viaturas	4 viaturas	8 Viaturas	2 Viaturas	<b>37 Viaturas</b>
<b>Número de reparações e/ou manutenções</b>	5	6	4	56			<b>71</b>

O SAPAT é também responsável pela aquisição de novos bens necessários, em conformidade com a disponibilidade orçamental do Parlamento Nacional para cada ano fiscal. Assim, para efeitos do controlo efectivo de todo o património da instituição, garantiu-se a actualização do registo de todos os bens, organizados numa base de dados que inclui quer os bens comprados quer os doados.

No Ano Fiscal de 2005-2006 não houve registo de abatimentos dos bens inventariáveis; entretanto, realizaram-se várias aquisições e doações de bens inventariáveis (com uso das dotações orçamentais), que passaram a fazer parte do património do Parlamento Nacional.

#### Novos bens registados durante o Ano Fiscal de 2005-2006.

Nome	Designação	Marca	Qtde	Forma de Aquisição
Equipamentos de segurança	Câmera Ir 480 TV Lines	Sony	20	Compra pelo PN
Equipamentos de segurança	Câmera housing	-	20	Compra pelo PN
Equipamentos de segurança	Bracket housing camera	-	20	Compra pelo PN
Equipamentos de segurança	Câbros RG59	-	12	Compra pelo PN
Equipamentos de segurança	Câbros Eléctricos	-	5	Compra pelo PN
Equipamentos de segurança	Câbros de Instalação DVR	-	20	Compra pelo PN
Equipamentos de segurança	Accessorios	-	20	Compra pelo PN
Equipamentos de tecnologia informática	ID equipamento	TV-29 e 21 ins	2	Compra pelo PN
Equipamento de tecnologia informática	UPS	-	5	Compra pelo PN
Equipamento de telecomunicação	Telefones	Nokia	2	Compra pelo PN



### 3.6.3. Gestão de recursos humanos e formação profissional

Ao SAPAT compete também, nomeadamente, manter actualizadas informações sobre o pessoal do Secretariado, promover as acções de formação consideradas necessárias e propor mecanismos adequados ao aproveitamento dos recursos humanos.

A ausência de recursos humanos em quantidade e qualidade compatível com as necessidades do Parlamento Nacional permanece como o maior problema enfrentado pelo SAPAT e pelo próprio Parlamento Nacional.

No contexto da estrutura orgânica existente, registe-se que em Setembro de 2006 desempenhava funções no Secretariado do Parlamento Nacional um total de 43 funcionários, pertencendo maioritariamente (79,06%) ao quadro permanente de pessoal e os restantes ao pessoal temporário, de acordo com o seguinte quadro:

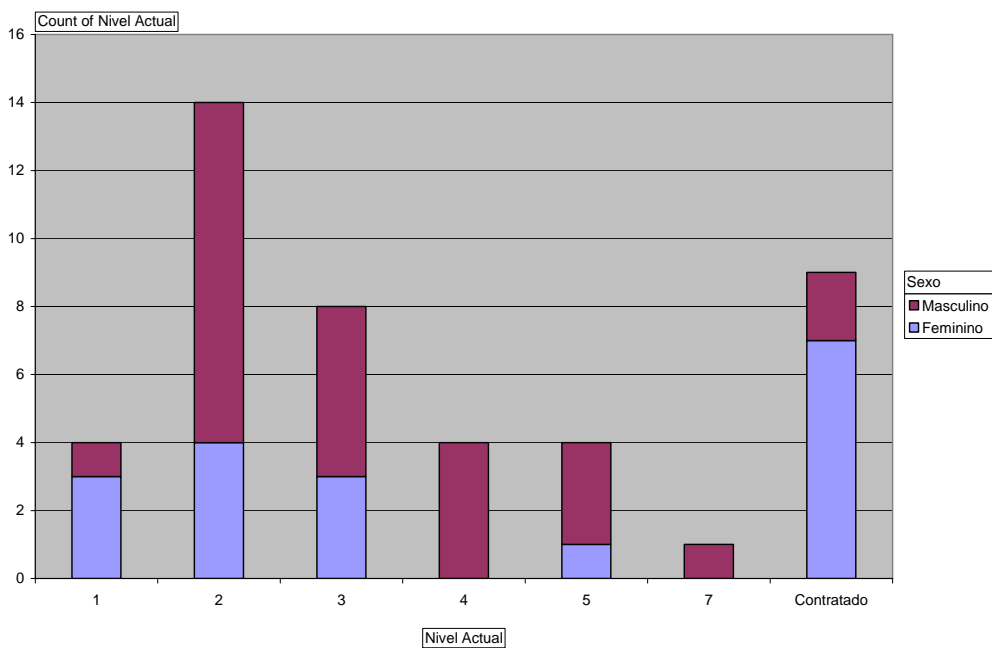
N.º	Sexo	Nome	Categoria	Vínculo
1	H	Abel Monteiro Martins	Motorista	Permanente
2	H	Adelino Afonso de Jesus	Director	Permanente
3	H	Agostinho da Costa	Técnico de Audiovisual	Permanente
4	M	Angelina Machado de Jesus	Técnico Superior Assessor	Permanente
5	H	António Alexandre Soares	Técnico de Relações Públicas	Permanente
6	H	Antonio Ximenes do Nascimento	Zelador	Permanente
7	H	Armando Machado	Técnico Superior Júnior	Permanente
8	M	Celice Casimiro Martins	Secretária	Permanente
9	M	Celina M Ximenes de Jesus	Técnico de Biblioteca, Document. e Arquivo	Permanente
10	H	Eduardo Corte Real	Técnico de Superior Junior	Permanente
11	M	Felismina da Conceição	Auxiliar de Limpeza	Permanente
12	H	Felix Das Neves Liu	Auxiliar de Limpeza	Permanente
13	H	Gracindo de Jesus	Motorista	Permanente
14	M	Guilhermina Barbosa	Técnico de Relações Públicas	Permanente
15	M	Izilda da Silva Pereira	Técnico de Relações Públicas	Permanente
16	H	Jaime Xavier	Técnico Superior Júnior	Permanente
17	H	João da Costa Guterres	Assistente Administrativo	Permanente
18	H	Joao Noronha	Técnico de Superior Junior	Permanente
19	H	Joao Zito de Carvalho	Técnico de Superior Junior	Permanente
20	H	José A. D. C. Belo Pereira	Técnico Superior Sénior	Permanente
21	H	José Manuel da Conceição Amaral	Motorista	Permanente
22	H	José Soares	Técnico de Informática	Permanente
23	M	Lina Fátima Baptista	Secretária	Permanente
24	H	Luís Nascimento da Costa	Assistente Financeiro	Permanente
25	H	Marcelino Dos Reis	Motorista	Permanente
26	H	Marcelino Pereira	Tradutor Intérprete	Permanente
27	M	Marcia Correia de Lemos	Secretária	Permanente
28	M	Maria Oliveira da Silva	Auxiliar de Limpeza	Permanente
29	H	Matias Benevides	Técnico de Audiovisual	Permanente
30	H	Paulinus Oki	Técnico Superior Júnior	Permanente
31	H	Paulo da Costa Nunes	Técnico Superior Júnior	Permanente
32	H	Rogério Gonçalves da Costa	Motorista	Permanente
33	H	Rosita Dos Santos	Auxiliar de Limpeza	Permanente
34	M	Sancha Margarida	Auxiliar de Parlamentar	Permanente
35	H	Adelino Ximenes	Auxiliar	Temporário
36	M	Celestina da Silva	Limpeza	Temporário
37	M	Celia da Cruz	Limpeza	Temporário
38	M	Cesaltina da Costa	Limpeza	Temporário
39	M	Eva Madeira	Auxiliar de Limpeza	Temporário
40	M	Getrudes Maria Borges	Auxiliar de Limpeza	Temporário
41	M	Joana Godinho	Auxiliar de Limpeza	Temporário
42	H	Valenti Ferreira	Auxiliar de Limpeza	Temporário
43	M	Yacinta Salu	Auxiliar de Limpeza	Temporário



Do total de funcionários do Secretariado do Parlamento Nacional verifica-se que 26 são homens e 17 são mulheres, o que resulta numa relação homens/mulheres como segue:

<b>Homens</b>	<b>60,45%</b>
<b>Mulheres</b>	<b>39,55%</b>

De seguida apresenta-se graficamente a distribuição dos funcionários segundo o sexo e o nível salarial.



Sublinhe-se que os funcionários do quadro permanente estão classificados pelos níveis 1 (inicial) a 7 (final). O pessoal contratado é listado à parte. Nota-se uma predominância de mulheres nos níveis iniciais (1 a 3) e entre o pessoal contratado. Esta tendência poderá inverter-se no futuro à medida que o pessoal posicionado em níveis iniciais vá alcançando níveis superiores.

Além de o número de mulheres ser pouco superior a metade do número de homens, esse número torna-se ainda mais relevante quando se leva em conta a ocupação de postos de chefia. O posto de Director do Secretariado é ocupado por um homem e, dos quatro postos de chefe de serviço, apenas um é ocupado por mulher, conforme se vê no quadro abaixo.



### Pessoal Dirigente

	Homens	Mulheres	Total
Director do Secretariado	1	-	1
Chefes de Serviço	3	1	4

Compete também ao SAPAT garantir a administração dos documentos relacionados com a assiduidade (absentismo) e os ficheiros do pessoal, bem como melhorar o mecanismo de controlo da assiduidade e a observância dos direitos e deveres dos funcionários, segundo a lei da função pública em vigor.

Assim, foi actualizada a base de dados que contém o registo das presenças e ausências do pessoal, da qual se pôde extrair os seguintes dados, relativos ao Ano Fiscal de 2005-2006:

**Tabela com resumo dos registos relativos às presenças e ausências dos funcionários de Julho de 2005 a Junho de 2006.**

Tipo de Registo	Ocorrências	Média
Presenças	10535	250.8
Licença anual	158.5	3.8
Faltas injustificadas	4	0.1
Feridos	483	11.5
Convalescências injustificadas	48	1.1
Convalescências justificadas	78.5	1.9
Licenças de parto	97	2.3
Licença especial	22	0.5
Licença ao funeral	9	0.2
Faltas justificadas	213	5.1

Constata-se que a média de ausências injustificadas (faltas e convalescências) totaliza 1,2 dias de trabalho no período em análise. As ausências justificadas, por seu turno, totalizam 13,8 dias em média. Verificaram-se ainda 11,5 feriados no período em causa. Apesar de o número de ausências justificadas se apresentar alto (13,8), este é menor que o limite legal de 18.

Também compete ao SAPAT actualizar a emissão dos cartões de identidade dos Deputados e funcionários e fazer a gestão da informação sobre as suas presenças para efeitos do cálculo do “*per diem*” (abono de presença), bem como a gestão de dados biográficos para a publicação na página da *Internet* do Parlamento Nacional.



No Ano Fiscal de 2005-2006 proporcionaram-se aos funcionários do Secretariado do Parlamento Nacional acções de capacitação, tanto no interior do país como no estrangeiro, o que permitiu o desenvolvimento das suas capacidades profissionais.

As acções de formação no exterior, por seu turno, tiveram por objectivo proporcionar aos funcionários uma visão do desenvolvimento da actividade de suporte parlamentar noutros Estados democráticos e foram feitas segundo o quadro que abaixo se inscreve. Destas acções, destacam-se o segundo curso de formação interparlamentar da CPLP, realizado em Lisboa, e o curso de formação no parlamento australiano em Camberra, que visaram trocar experiências entre os participantes de vários parlamentos e, ao mesmo tempo, desenvolver as capacidades dos participantes.

#### Quadro-Formação no Estrangeiro

Nome	Cargo	Data	Objectivo	País (es)	Parlament o
Jaime Xavier	Chefe Adjunto do SAPLEN	10 Ago 05 a 10 Sept 05	Capacitação dos Deputados e Servidores Timorenses	Brasil	Câmara dos Deputados
Matias Pinheiro Benevides	Técnico Audivisual e Documentação	19 Ago 05 a 10 Sept 05	Capacitação dos Deputados e Servidores Timorenses	Brasil	Câmara dos Deputados
Luis Nascimentode Jesus Alves da Costa	Chefe do SAPAT	18 Out 05 a 28 Out 05	Segundo Curso de Formação Interparlamentar da CPLP	Portugal	Assembleia da República
Celina Maria Ximenes de Jesus	Chefe do SEREPAD	18 Out 05 a 28 Out 05	Segundo Curso de Formação Interparlamentar da CPLP	Portugal	Assembleia da República
Angelina Machado	Técnica Jurista	18 Out 05 a 28 Out 05	Segundo Curso de Formação Interparlamentar da CPLP	Portugal	Assembleia da República
Marcia Correia de Lemos	Secretária	18 Out 05 a 28 Out 05	Segundo Curso de Formação Interparlamentar da CPLP	Portugal	Assembleia da República
Paulo da Costa Nunes	Técnico Senior	28 Nov 05 a 08 Dec 05	Capacitação dos Deputados e Servidores Timorenses	Australia	Parlamento Camberra
Paulo da Costa Nunes	Técnico Senior	12 Fev 06 a 13 Maio 06	Curso de Língua Ingles	Singapura	Singapura

Salienta-se que os funcionários e os Deputados receberam formação *on job*, durante a quarta sessão legislativa, através dos assessores internacionais e do professor de língua portuguesa que foi posto à disposição do Parlamento Nacional, recrutado pela Assembleia da República de Portugal no âmbito da cooperação interparlamentar luso-timorense.

O SAPAT tem ainda como competências a elaboração de normas internas e a divulgação de informações pelos serviços, bem como a publicação de avisos de concursos. Compete-lhe ainda garantir a coordenação com o Gabinete do Director na recepção e



---

organização da correspondência e na criação de um sistema de aplicação de normas de higiene e segurança no trabalho.

É de referir, finalmente, que os funcionários do SAPAT têm vindo a colaborar com os assessores internacionais e os técnicos do SEREPAD na tarefa de melhorar a página da Internet do Parlamento Nacional (<http://www.parlamentonacional.tl/>). A página *web* apresenta-se escrita em português, contendo informações e notícias sobre o Parlamento Nacional. Nos últimos meses, contudo, não funcionou em condições normais, devido à ocorrência de diversas avarias e falhas técnicas. Aguarda-se que se retome a normalidade logo que for recrutado o técnico de informática que o PNUD pretende contratar no âmbito do seu programa específico de apoio.

#### **4. Cooperação**

A cooperação e intercâmbio de experiências assume especial importância, principalmente em países, como Timor-Leste, com estruturas de poder ainda não consolidadas, potenciando o desenvolvimento institucional no plano técnico, administrativo, de capacitação e de relacionamento humano.

Continuaram, por isso, a ser asseguradas as parcerias que já vinham a ser regularmente desenvolvidas quer com instituições congéneres, quer com órgãos de soberania de outras nações independentes, quer ainda com organizações não governamentais, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, que trabalhem em áreas relevantes para o Parlamento.

##### **4.1. Cooperação nacional**

O Parlamento Nacional manteve diálogo institucional com os restantes órgãos de soberania, instituições públicas, organizações não governamentais e sociedade civil em geral.

##### **4.2. Cooperação internacional e ajuda externa**



---

O Parlamento Nacional continuou a ser apoiado, nos termos dos respectivos protocolos e acordos celebrados, sob as seguintes formas:

- Assistência técnica da parte de assessores internacionais nos vários domínios da actividade parlamentar e estrutura de serviços de apoio;
- Fornecimento de equipamentos e material bibliográfico;
- Custeamento da melhoria das instalações e das condições materiais de trabalho;
- Seminários, *workshops* e acções de capacitação e formação profissional;
- Visitas de trabalho ao estrangeiro.

No plano da assessoria técnica, é de referir que o Parlamento Nacional dispôs, durante a sessão legislativa, da contribuição directa de especialistas nas áreas jurídica, de relações públicas e internacionais, de gestão financeira e patrimonial, de administração, de recursos humanos e do ensino do português.

A Missão das Nações Unidas destacou no período em apreço:

- Um jurista, a apoiar essencialmente o trabalho das comissões parlamentares especializadas;
- Um conselheiro jurídico junto do Presidente do Parlamento Nacional.

A *Asia Foundation* manteve contratado um jurista, a prestar apoio fundamentalmente junto das comissões parlamentares.

A Assembleia da República de Portugal, ao abrigo do protocolo de cooperação celebrado com a instituição parlamentar timorense, mantém um jurista do seu quadro permanente a apoiar os serviços de apoio, fundamentalmente ao Plenário e às Comissões.

A mesma Assembleia da República celebrou contratos, durante a quarta sessão legislativa, com três técnicos residentes de nacionalidade timorense, para as áreas do apoio técnico ao Plenário e comissões e da contabilidade e gestão financeira.

Esteve a ensinar língua portuguesa, no Parlamento Nacional, um professor contratado também pelo parlamento português, ao abrigo de protocolo estabelecido com o Instituto Camões.





---

O PNUD tem em curso um projecto específico de apoio ao Parlamento Nacional, de acordo com o qual tem vindo a financiar a melhoria das condições de trabalho de Deputados e funcionários e garantir assessoria técnica especializada. Durante a quarta sessão legislativa, teve sob a alçada um técnico internacional e quatro nacionais na área orçamental e financeira, um jurista nacional e um perito internacional no domínio das relações públicas.

Sublinha-se que, apesar da estarem adstritos preferencialmente a sectores determinados dos serviços de apoio, os consultores estrangeiros a prestar assistência técnica têm vindo a entreatujadar-se, sendo frequente assistirem sectores diferentes daqueles a que quotidianamente estão ligados.

Atenta a escassez de meios humanos qualificados e a necessidade de providenciar apoio oriundo de fontes externas, qualquer dos programas de assistência referidos é reconhecido como vital para a sobrevivência da instituição parlamentar enquanto órgão de soberania, legislativo e político, pilar do sistema político-constitucional vigente.

Outras organizações que têm vindo a cooperar regularmente com o Parlamento Nacional, designadamente promovendo acções de capacitação, são:

- O National Democratic Institute for International Affairs (NDI);
- O Congresso Nacional do Brasil;
- O parlamento sueco.

## **5. Desenvolvimento institucional**

O desenvolvimento da instituição tem sido inspirado nos instrumentos de gestão descritos na nota introdutória, conjugados com a acção de uma comissão com o fim de estudar e propor as melhores soluções, práticas e exequíveis, no âmbito da gestão patrimonial e melhoria dos equipamentos.

Essa comissão, designada por “comissão de modernização”, é composta pelo Director do Secretariado do Parlamento Nacional, por Deputados e por representantes de alguns



---

parceiros de desenvolvimento, nela estando representado, a título permanente, o PNUD. Não tendo embora poder decisório, desempenha, na prática, um papel indispensável na estratégia da administração parlamentar em relação à gestão patrimonial e coordenação da ajuda externa.

Tem também particular importância a recente elaboração e discussão de um plano de desenvolvimento de médio prazo, com um horizonte temporal a apontar para meados de 2008. Este documento, ainda não aprovado, é susceptível de desempenhar um papel crucial na planificação e execução de actividades, uma vez que identifica com rigor formas de conceber e controlar as acções concretas a levar a cabo, neste caso, pelos serviços de apoio.

*Díli, 27 de Setembro de 2006.*

**O PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL**

**(Francisco Guterres “Lu-Olo”)**

**PELO DIRECTOR DO SECRETARIADO**

**(Luís Nascimento da Costa)**